



Ata da Consulta Pública – Política Nacional Aldir Blanc

Realização: 06/02/2024, as 18 h, no Centro Municipal de Cultura Prefeito Arno Michaelсен

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Centro Municipal de Cultura, a equipe da Secretaria Municipal de Cultura, composta pelo Secretário Ricardo Bertolucci Reginato, pelo Secretário Adjunto Joe Meyer Cardoso, pela Coordenadora Cultural Elaine Noel, pela Coordenadora de Economia Criativa Juliana Sueli Sehn, e pela Assessora de Gestão de Projetos Culturais Natashe Carolina Kich Bordin, recebeu a sociedade civil as 18h, com a finalidade de ouvir os agentes culturais do município sobre a aplicação dos recursos oriundos da PNAB - Política Nacional Aldir Blanc. A primeira convocação foi feita em dezessete de janeiro, pelas redes sociais da Secretaria, e uma segunda convocação feita em trinta e um de janeiro, também pelas redes sociais. As 18h10 o Secretário Ricardo iniciou a fala, saudando e agradecendo a presença de todos nesta que é uma instância fundamental de escuta que se faz do ponto de vista da política pública da cultura. Disse ainda que a Política Cultural é, do ponto de vista Federal, bastante democrática, e isto se reflete também nos estados e municípios, atuando muito com escutas e construções coletivas que acontecem a partir do movimento dos Conselhos de Cultura, das Conferências de cultura municipais, onde a classe cultural é ouvida, e também da participação nas Conferências Estaduais com a representação dos Delegados Municipais; então são várias instâncias de escuta pra que possamos construir uma política participativa que leve em consideração aquilo que a maioria da classe cultural nos traz como reivindicação. Ressaltou que Gramado vem, há várias gestões, cumprindo todas as exigências do Sistema Nacional de Cultura, tendo seu sistema Municipal em funcionamento, com um Conselho de Cultura atuante, com um Fundo Municipal de Cultura, e com o Plano de Cultura em execução, tendo tudo aquilo que o Sistema Nacional exige; e que o governo estadual vem priorizando o repasse de recursos para municípios que tenham os seus sistemas constituídos, principalmente na captação de recursos via FAC – Fundo de Apoio a Cultura, e, portanto, Gramado está apta a poder receber e captar essas verbas governamentais, tendo vantagem sobre outros municípios que ainda não tem essa constituição. Disse então que este preâmbulo introduz o assunto da Política Nacional Aldir Blanc; quando a LAB – Lei Aldir Blanc – foi criada, no período de pandemia, ela tinha a finalidade de auxiliar emergencialmente os agentes culturais que de forma geram foram os primeiros a parar, e os últimos a voltarem aos seus trabalhos; a lei foi criada com recursos próprios do fundo nacional de cultura, para ser repassada aos fundos municipais, e ser distribuída aos agentes culturais; lembrou que o sistema de cultura tem a mesma forma de pensar que o Sistema Único de Saúde – SUS, onde ha um órgão federal regulador, órgãos estaduais que fazem controles da pulverização, e os municípios que executam os recursos; na época da LAB se levantou a bandeira de que as transferências fossem feitas fundo a fundo, pois eram formas mais simplificadas de trabalho; mais adiante, quando houve a aprovação da LPG – Lei Paulo Gustavo, também foi aprovada a PNAB – Política Nacional Aldir Blanc; e que durante a execução da LPG as transferências fundo a fundo de fato aconteceram; e que a atual execução da PNAB é uma vitória de todos os estados e municípios, já que teremos garantia de, ao longo de cinco anos, termos recursos para os fundos de cultura; que Gramado receberá este ano o montante de R\$307.000,00 (trezentos e sete mil reais), aplicado no fundo municipal de cultura para fomento cultural, e estes recursos são destinados exclusivamente para agentes residentes em Gramado, já que todos os municípios receberam, então não se acha justo abrir para agentes de outros municípios atuantes em Gramado, e que temos uma ampla cadeia produtiva. A garantia de valor para o fundo de cultura partiu de um plano de ação desenvolvido já no final de 2023, e que agora se precisa desenvolver o PAAR – Plano Anual de Aplicação de Recursos, com instâncias participativas; a Secretaria da Cultura já apresentou uma ideia inicial para o Conselho de Cultura, que já deliberou sobre isso na reunião de janeiro, e que quer apresentar essa ideia para os presentes também, mas que essa ideia não é definitiva, precisa ser construída com as ideias dos presentes, e que talvez nem se

saia da oitiva de hoje com uma ideia definitiva, mas que se precisa ouvir os agentes interessados; e além disso, essa escuta é para colher dados. A equipe da secretaria elaborou uma cédula com as 18 possíveis linhas de atuação previstas na Lei da PNAB, para que cada pessoa elenque 3 áreas principais; na sequência a equipe irá tabular estes dados e será para definir as 3 prioridades de investimento solicitados pela comunidade; possivelmente será provocada nova discussão, e publicizado os resultados. Ricardo ressaltou que, apesar das conversas, os projetos que vierem a ser elaborados posteriormente sempre devem se embasar nos editais.

Ricardo passou então a apresentar, com apoio visual no telão, o que pode e o que não pode ser feito com estes recursos, a partir dos incisos da Lei. Ricardo mencionou que no caso da LPG os pareceristas foram contratados via edital de credenciamento, para deixar o processo isonômico, e sem interferências por amizade ou conhecimento dos conselheiros, que em geral avaliaram os editais anteriores. E que se pretende usar novamente esse formato. Explicou que a lei prevê que pelo menos 20% dos recursos precisam ser entregues para atividades descentralizadas, como zonas rurais, periferias, zonas de vulnerabilidade, etc.. A proposta que foi apresentado para o Conselho Municipal de Política Cultural inclui o uso de 5% (cinco por cento) equivalente a R\$15.345,20 (quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais com vinte centavos) destinados a contratação de pareceristas; R\$100.000,00 (cem mil reais) divididos em 2 (dois) projetos de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) voltados para projeto/evento de descentralização conforme a exigência da Lei; R\$100.000,00 (cem mil reais) em 4 (quatro) projetos de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para manutenção de espaços culturais, com contrapartidas; R\$100.000,00 (cem mil reais) divididos em 10 (dez) projetos de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para bolsas de pesquisa e circulação. Apesar da PNAB permitir a aplicação de recurso em obras, reformas e aquisição de bens culturais para equipamentos públicos, o recurso será destinado ao fomento de agentes e projetos locais; Ricardo mencionou os altos recursos da LPG, que com apoio de emendas impositivas, permitiram um montante de editais de mais de meio milhão de reais, o maior fomento da história cultural de Gramado até então. Dentro esses editais, um deles previa um evento de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) que debatesse múltiplas linguagens artísticas, e houveram somente três projetos inscritos; com isso entendeu-se que a comunidade cultural ainda está se preparando para apresentar projetos, visto que não é algo tão comum, ou tão antigo assim a ponto de já ser um conhecimento consolidado pela classe cultural; essa situação fez a secretaria mudar o olhar, e com validação do conselho, se propôs 2 (dois) projetos de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), voltados a descentralização cultural, via projeto/evento, ou similares. Ricardo então apresentou a segunda linha proposta que é o apoio a espaços culturais; mencionou das dificuldades financeiras de se manter um espaço, e que a ideia original da secretaria eram 2 (dois) projetos de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), e que o conselho sugeriu que fosse ampliado para 4 (quatro) projetos de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), que é o que está sendo proposto agora. E seguiu explicando então a questão do edital de bolsas de circulação, que foi uma experiência muito válida na LPG, permitindo que as pessoas procurem formações específicas, divulguem sua arte em outros locais, ou tragam pessoas para compartilhar conhecimento aqui; na LPG foram 13 (treze) projetos cadastrados, e 10 (dez) contemplados, e teve uma aceitação muito boa da comunidade cultural, e agora na Aldir Blanc se inclui, além da circulação e mobilidade artística, bolsa para pesquisa, pois se entende como fundamental para a formação artística que a cultura e arte estejam atreladas aos processos de pesquisa; essa é a linha que a Secretaria da Cultura imaginou, abrangendo 16 (dezesesseis) projetos. Após essa fala do Secretário, Natashe entregou as cédulas aos presentes, orientando que sejam marcados apenas 3 (três) prioridades, pois na cédula constam todos os itens que a lei permite que sejam usados os recursos.

Abriu-se então para perguntas e comentários da comunidade presente. O primeiro inscrito foi José Ricardo Araújo Veras perguntando se a bolsa de pesquisa inclui o desenvolvimento de um produto artístico, por exemplo. O secretário Ricardo explicou que ainda não se construiu a fundo quais serão os critérios, mas imagina que sim, pois se a pesquisa pode ser voltada à implementação, então parece que seria possível também para criação de um produto. Ricardo Veras complementou que pensa em desenvolver, por exemplo, uma técnica que na nossa comunidade ainda não é praticada. O secretário responde que imagina que sim, que é uma deliberação que já pode ser feita para constar no edital, pontuando essa questão, e exemplifica com a questão do “plein air”, que se poderia pesquisar uma nova técnica sobre isso; desde que seja pontuado em edital. Ricardo Veras agradeceu a explicação.

A segunda inscrita foi a presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, sra. Jane Pozzo, para enfatizar que na reunião do conselho se conversou e analisou, ouviu-se a opinião de

todos, e a sugestão dos projetos para espaços físicos ser de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) foi deliberada para que esse valor atinja um número maior de pessoas, principalmente nesse momento em que as pessoas ainda não estão habituadas a elaborar estes projetos. E para garantir um maior acesso, e uma maior distribuição, é que o conselho sugeriu este valor. O secretário Ricardo agradeceu, e explicou aos presentes que nas novas formas de aplicação dos fomentos, bem como na lei de licitações, foi alterado o processo de editais: anteriormente, ao inscrever um projeto, a primeira etapa era passar por uma comissão de habilitação, que avaliava documentos - faltando documentos, o projeto nem entrava para avaliação do mérito, e era desclassificado. Agora, se prevê que primeiro aconteça a análise de mérito, e, sendo o projeto contemplado, o proponente tem alguns dias para correr atrás de regularizar seus documentos, pagar impostos que eventualmente estejam pendentes, tendo a certeza que vai poder executar o projeto. Para a Prefeitura, o processo ficou mais trabalhoso, pois se desclassificavam vários por falta de documentação, e agora, se deve analisar todos os projetos que são inscritos.

O terceiro inscrito foi o sr. Luiz Rangel, que sugere ser interessante dividir as propostas por setor, pois ao seu ver há mais que três prioridades no formulário. Ricardo diz que até pode ser feito uma segunda conversa desta forma, mas que a ideia é uma escuta ativa com todos agora, até porque a lei da PNAB não é setorial, mas de forma que cada setor possa trazer suas deliberações e necessidades. Esta noite a intenção é uma escuta genérica, para colher informações gerais, mas fica a sugestão então de fazer estas reuniões setoriais na sequência.

O quarto inscrito foi Ariel Pulz, que pergunta se R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) será o valor final ou pode ser suplementado ainda com valores de emendas impositivas da Câmara. Ricardo explicou que este já é o valor final. Ariel perguntou então sobre as contrapartidas, pois em seus projetos literários sempre procura dar contrapartidas em escolas, na área educacional, e sempre é bem acolhido, e ele percebe a necessidade da escola de receber os artistas. Sugere que as contrapartidas sejam feitas nas escolas, e sugere que parte do valor seja direcionado à ações escolares. Ricardo sugere que a opção das contrapartidas parece mais factível, e que elas podem sim serem direcionadas às escolas, e acha essa deliberação muito importante. Ariel complementa que no caso da LPG foram 16 (dezesesseis) projetos contemplados, e que seriam ao menos 16 (dezesesseis) projetos em escolas, apenas para ilustrar.

Jane solicitou novamente a palavra, e comentou que o conselho gostaria que todas as contrapartidas fossem direcionadas à aprendizagem, e que tudo que acontece na cultura deveria ter esse retorno, pois a maior parte das pessoas busca patrocínio para benefício próprio sem pensar na coletividade; no entanto a proposta da cultura é desenvolver formas das pessoas alcançarem mais qualificação, em todos os setores. Também pediu que os presentes mobilizem seus setores para as participações, pois as setoriais realizadas para a LPG tiveram um quorum baixíssimo; e que essa noção de envolver as pessoas na participação de debates é um desafio. Reforça que seja obrigatório a contrapartida em ações educacionais. Ricardo comentou ainda que isso pode partir da secretaria na hora da elaboração do edital. Comentou ainda que as leis exigem ações afirmativas que precisam obrigatoriamente ser previstas no edital.

Luiz Rangel pede novamente a palavra, e pergunta sobre a questão da análise documental e de mérito: na sua fala, uma situação é a pessoa ter uma negativa de débito vencida, por exemplo; e outra é quando a pessoa não possui o currículo de fato, com projetos muitas vezes fictícios. E se há uma forma de cuidado para que pessoas que nunca executaram nada não tomem o lugar de pessoas que realmente executam projetos culturais e possuem uma história artística. Ricardo menciona então que o currículo é parte da análise de mérito, e não documental, e que há pontuação para o currículo/portfólio da pessoa. Depois sim, na fase documental se verificam os documentos, como contrato social, CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica. Informou ainda que neste caso das políticas culturais, os critérios em geral vem das minutas federais, e que se faz somente os ajustes para adequação à realidade local.

Fernanda pergunta se vale, na análise de mérito, os trabalhos que ela realizou como atriz em locais privados. Ricardo explica que sim, que o portfólio é pessoal, independente de onde a pessoa tenha realizado os seus trabalhos, e que a comprovação é a partir do que a pessoa entende que foi significativo em sua carreira. Fernanda pergunta sobre a pesquisa, se o resultado dela poderia ser um espetáculo. Ricardo diz que acredita que sim, pois em se tratando do processo de pesquisa para a montagem do espetáculo, obra de arte, para a escrita de um livro, de mostra, etc.

Alessandro Muller comentou que neste último edital, da Paulo Gustavo, embora tenha tido apenas 15 (quinze) dias para a escrita do projeto, devido aos atrasos burocráticos da Secretaria, o fez perceber que embora moremos numa cidade de alto fluxo turístico, de alta captação de

impostos, e sendo bem visada na questão cultural, vivendo de eventos; e tendo um grande Festival de Cinema e pouquíssimo incentivo a produção cinematográfica local; e não tendo festivais de teatro, mostras de teatro, e que embora já se tenha tentado fazer, foi muito difícil, e não é pela cidade não ter público, é uma questão estrutural, como no exemplo do cinema; tudo isso alerta para o fato dos projetos não terem continuidade, por se pensar sempre em valores pequenos, não se viabiliza que hajam boas mostras de cinema, uma boa mostra de teatro, uma grande bienal de artes, que movimente a cidade, via fomento. Alessandro entende que a estratégia deveria ser pensada a longo prazo, pegando um pequeno recurso, buscando novas parcerias com empresários, e transformando ações isoladas em eventos cabíveis, para que em um futuro próximo se consiga recursos maiores, e se articule com a câmara de vereadores leis de incentivo municipais, pois as produções culturais do município teriam outro alcance. Alessandro diz que assim se garantiriam continuidade dos projetos, pois se formam dançarinos e não há companhia de dança; se formam atores que não tem espetáculos para atuar; se formam pintores que não tem uma galeria para expor; e os projetos acabam morrendo. Citou o exemplo do grupo Nós Mimo, que trabalhou por 10 anos com teatro, e que hoje não consegue dar continuidade porque não há palco, tudo precisa ser adaptado. E que executando estes eventos pensando em continuidade, isso daria respaldo melhor junto aos empresários, que veriam efetividade nos projetos culturais.

Secretário Ricardo diz que, em sua visão de 3 (três) anos de gestão, percebe que o cenário perfeito seria ter um recurso bom no fundo municipal, citando um milhão de reais como exemplo, que abrisse um edital por ano pra seleção de projetos e de eventos, e a pasta da secretaria poderia focar em formação e estrutura, deixando os eventos para os artistas e agentes culturais. Na prática, as secretarias de cultura são realizadoras de evento. Ricardo acredita que caberia esta reivindicação por parte da secretaria, mas que principalmente por parte dos agentes culturais, que poderiam construir uma legislação municipal de incentivo financeiro, vinculando uma porcentagem da pasta para o fundo municipal de cultura. Comentou que para o ano de 2024 o fundo tem o recurso da PNAB e mais R\$218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais) no fundo a partir de outras construções realizadas com receitas próprias, como alugueis dos concierges, do restaurante quintanilha, taxas de artistas de rua, etc. Este ano não foi solicitado emendas impositivas porque a secretaria entende que há inúmeras entidades, inclusive o hospital municipal, que também precisam deste recurso. Lembra também que, embora o recurso da PNAB possa ser utilizado em obras, reformas de espaços públicos, ou projetos da pasta, a Secretaria entende por bem destinar estes valores aos agentes culturais, totalmente por meio de fomento. Esses valores ultrapassam meio milhão de reais, e se a comunidade cultural concordar, pode se pensar em viabilizar isto, contemplar, ao invés de somente projetos de pequeno porte, um projeto grande e outros menores. Alessandro comentou que as discussões a respeito de não saber ou ter dificuldades em construir grandes projetos são de campo pessoal de cada um, que ele mesmo não sabe, mas que deve haver interesse em aprender, e aí cabe a Secretaria proporcionar esse conhecimento. Ricardo mencionou que os eventos da própria secretaria não alcançam valores tão significativos como os da LPG que teve um edital de R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Jane entrevistou sugerindo que, enquanto não se tenha no município este domínio sobre a estruturação de projetos, se deve investir menores valores em mais projetos, e no momento que estas pessoas estiverem capacitadas na execução dos projetos, se ampliar os valores.

Rangel acredita que a função da secretaria e também desta política, é de fomentar e pulverizar os recursos, porém, nada impede que, agora que o fundo de cultura está mais consolidado, se busque uma articulação de ampliação dos recursos do fundo, de forma que seja viável executar a sugestão do Alessandro, de ter editais de valores maiores disponíveis via fundo de cultura; mas que na sua visão, concorda com Jane, de que neste momento se invista menores valores e se viabilize mais projetos. Ricardo diz que o Alessandro construiu uma discussão interessante, mas que, como a atual gestão encerra em dezembro, não pode se comprometer com promessas; no entanto, ressalta que o recurso da PNAB estará disponível até 2027; assim, pode se dar uma construção coletiva da sociedade civil e conselho de cultura, para que este ano se façam editais pulverizados, e no próximo ano, com mais parcimônia e planejamento, se mude este formato. Ricardo diz que a ideia do Alessandro é muito boa, e que vê a secretaria fazendo muito evento, atendendo a fruição cultural, circulação, mas pouca política pública efetiva; que essa demanda de eventos traz dificuldades na operacionalização das outras atividades da secretaria, inclusive com os prazos apertados para operacionalização da LPG; e que, se com toda a estrutura que Gramado possui de secretaria própria, 22 servidores, profissional concursada na área técnica de projetos, coordenação de economia criativa, e ainda assim tivemos algumas dificuldades de operacionalização da LPG, imagina as dificuldades de outros locais. Entende que se os eventos

forem iniciativas da sociedade civil, o trabalho da secretaria ficaria mais fluído.

José Ricardo de Araujo Veras contrapõe dizendo que o recurso da PNAB é insignificante em comparação com a arrecadação do último ano da Prefeitura de Gramado, e que se havendo 30 (trinta) bolsas de R\$10.000,00 (dez mil reais) para formação, pesquisa, circulação, etc., isso permitirá que as várias formigas do formigueiro circulem dentro do jardim e tragam mais alimento para o formigueiro (fazendo uma alusão aos artistas locais). Se não se alimentar os artistas, eles acabam indo trabalhar para outros ramos, e se desmantela a mão de obra artística da cidade. E que não vê com bons olhos a centralização do recurso em grandes projetos, mas sim, a distribuição em bolsas de pesquisa e circulação, isso motiva os artistas atuantes, tornando o recurso um impulsionador de produção cultural, e, por isso, defende que o foco na pulverização dos recursos ajudará a construir bases mais sólidas de artistas e produtores culturais. Sugere ainda a inclusão de uma verba para produção de projetos, pois no último edital houve um grande esforço individual para confecção dos projetos, mas as notas mostram a baixa qualificação dos projetos apresentados; defende que se não houver essa formação, serão sempre os mesmos que serão contemplados, e, que, a seu ver, o poder público deve dar esse suporte na elaboração de projetos, pois quando vierem os grandes editais, as pessoas tem que estar aptas na produção dos projetos.

O secretário Ricardo menciona ser interessante estes pontos de vista antagônicos trazidos por essa escuta popular, e que na sua concepção ambas visões estão corretas; entende que o cenário ideal seria ter volume de recursos suficientes no Fundo de Cultura para ambas as situações: fomentar a base cultural, e também fomentar os grandes projetos que sustentarão a base cultural a longo prazo; e que essa “batalha” pode ser iniciada hoje, com apresentação das demandas, apoio popular, participação coletiva, com reivindicações objetivas, e que tais processos precisam da participação popular para serem consolidados. Diz também que, havendo mais recurso no fundo, seria viável fazer as duas coisas; e que havendo a previsão de aporte de recursos do fundo e a previsibilidade de recursos da PNAB, o próximo gestor já entrará sabendo que poderá contar com cerca de meio milhão de reais para trabalhar.

Elisabete Badoo solicita a palavra, e diz que acha interessante a compreensão da PNAB, de que quando criada teve sim a intenção de pulverizar recursos e apoiar os artistas que não tinham recursos para gás, para comida, e passavam outras dificuldades; e que acha que é com esse espírito, de apoiar o artista para sobreviver na própria cidade, é que se deve continuar pensando nos seus recursos; que entende que R\$300.000,00 (trezentos mil reais) é pouco, mas é melhor do que nada; e que eventos com esse montante não são viabilizados, visto que só em hospedagem, estrutura de palco, som e luz, alimentação, publicidade, devidos alvarás, e etc., o recurso se esvairia, e o artista praticamente teria que trabalhar de graça novamente; reforça que sua visão da aplicação é que se dê da forma mais pulverizada possível para que atinja seus objetivos iniciais, e que a classe cultural lute por mais aporte de verbas para cultura no município, via leis de incentivo com percentual sobre nossa arrecadação, de forma que se tenha mais recursos para gerir; mas que a PNAB e LPG devem manter a ideia original de apoiar o artista.

Juliana Sehn então reforçou que a PNAB não vem mais para sanar o auxílio emergencial, mas sim para essa pulverização para o setor, e ainda, tudo que foi apresentado foi retirado da própria lei; que tal lei já vem sendo trabalhada desde 2022, sendo regulamentada por decretos e normativas específicas que determinam as possibilidades de uso, e que, possivelmente, ano a ano, serão atualizados os regulamentos, e terão que ser feitas novas consultas públicas. Acredita que a forma de execução deste momento servirá de laboratório e indicador para os próximos anos, para se elaborarem as normativas do próximo ano; por isso a importância de todas essas manifestações, e da participação popular. Comenta ainda que, como o secretário Ricardo apresentou, o que esta lei permite neste ano 2023/2024 está posto. O formulário que os presentes receberam é o que a lei diz em seus incisos que pode ser executado. Ricardo solicita que Natashe encaminhe para os presentes pelo whatsapp ou por e-mail os materiais de orientação da PNAB oficiais do MINC. Juliana diz ainda que entende que os R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) não é um valor ideal pra uma cidade que tem um setor cultural tao forte e atuante. Mas que esses valores vem pelo indice populacional, e que é o que se consegue por hora; que já se vem estudando uma LIC municipal, para que se possa ter um recurso maior enquanto setor para o planejamento de políticas públicas a longo prazo; que Porto Alegre aprovou sua LIC em novembro/23; finaliza dizendo que essa legislação requer também sugestões da sociedade civil, e que se faz necessário trazer o tema para uma discussão pública para iniciarem as articulações, talvez em uma próxima conferência municipal de cultura; mas que precisamos mostrar o nosso setor e nossa força para ai sim conseguir apoio publico para essa LIC municipal ser aprovada. Ricardo complementa com algumas

informações a respeito da PNAB.

José Ricardo Veras diz que a Gramadotur deveria ser o polo destes eventos maiores, e que deveria estar presente nesta discussão. Jane diz que eles tem uma cadeira no conselho de cultura mas são pouco participativos. Ricardo diz que apesar deles fazerem os grandes eventos, o foco principal é a atração turística, e que não trazem discussão de projeto de cidade; cita o Filigram, que, por exemplo, tem intenção de fomentar a cadeia produtiva da literatura, etc., e que são objetivos diferentes. Entende que essa discussão da PNAB pode servir de ponto de partida para a implementação da LIC municipal, e sugere novamente que se atrele o fundo a um percentual do recurso da pasta, pois, o uso do fundo é deliberado pelo conselho, e obriga o gestor a usar para a própria cultura, independente do gestor que estiver a frente; e que pra isso precisa da classe cultural atuante e coordenada; se coloca a disposição para apoiar a sua implementação.

Nelson Haas pede a palavra, e diz que a cultura tem o viés do artista, e também o viés do empresariado (cultura do entretenimento), e que a maior parte da classe artística não está nesta discussão, e sim, trabalhando nesses locais de entretenimento; também, que os rostos presentes nesta noite estão aqui há mais de 20 anos falando sobre as mesmas coisas: que quando se fala em milhões de arrecadação, fica frustrado com o apoio dado pela Prefeitura a empresa de ônibus para transportar funcionários do natal luz, que são contratados pela iniciativa privada tendo lucro com sua atividade; e tendo lucro, não acha justo, enquanto cidadão, pagar para empresas privadas terem este lucro, enquanto está com contas de luz atrasadas para serem pagas. Ve que a cultura avançou muito, e que apesar das diferenças ideológicas imensas que existem entre os presentes, as pessoas interessadas pela cultura estão nesta casa nesta noite, e que se deve deliberar definitivamente sobre o assunto, pois quem está interessado se esforçou para estar presente. E que sim, o que esta plenária deliberar, deve ser levado à execução. Contou algumas experiências pessoais de militância, mas que se os pequenos projetos com custo de cinco a dez mil reais morrem, e não tem continuidade, não vê como manter vivos projetos de cem, ou duzentos mil reais; diz que a classe ainda não tem maturidade para dar passos grandes, e que todos estão aprendendo juntos; que a iniciativa privada se organizou a seu modo, e a cidade se adaptou a esta organização, mas se quisermos ter força cultural, precisaremos da iniciativa privada, pois eles é que consomem nossos bens culturais.

Luiz Rangel complementou que se precisa tirar do nosso vocabulário a palavra contrapartida, pois o trabalho cultural pronto já é a contrapartida, já que ao executar o trabalho se está construindo uma história artística, e por si só o trabalho cultural já faz esse papel. José Ricardo Veras disse que nesse caso é apenas por envolver dinheiro público, e que vê a contrapartida como forma de compartilhar com outros a sua vivência e inspirar outras pessoas a também usufruírem ou trabalharem na cultura. Rangel acredita que o trabalho pronto já é a realização da contrapartida. Ambos debateram mais a respeito. O secretário Ricardo diz que é algo que neste caso, é pauta vencida, pois vem do governo federal como exigência.

Elias Vidal sugeriu que parte do recurso dos restaurantes usuários da Rua Coberta também poderiam ser voltados para a Secretaria da Cultura, pois envolve a cultura totalmente naquele ambiente. Ricardo comentou que houve uma provocação da associação que organiza estes espaços para que haja um calendário de eventos fomentando a movimentação de público, e que ele mesmo sugeriu que uma parte do aluguel fosse direcionado para o fundo de cultura, para viabilizar isso, e que a associação da rua coberta debateria sobre isso nas próximas reuniões. Elias também solicita que haja mais investimento no projeto “Coletivo do Saber”, e que sugere que se repense a posição dos pontos para onde há fluxo de pessoas. Ainda, apontou que os artistas sempre são solicitados a trabalhar de graça, e exemplificou a situação do concurso literário do Natal Luz. Pontuou ainda que poderia haver poesia nos ônibus, dentro do projeto do coletivo do saber, e incentivo ao dia 31/10 que é o dia municipal da poesia. Ricardo mencionou da intenção de reformar os espaços, mas sugere que não seja usado do recurso da PNAB ou do fundo, e sim, com recursos da pasta. Elias ainda pede que sejam trabalhadas políticas públicas para artistas de rua, pensando em melhorias em seus trabalhos e atuações. Ricardo explica que está sendo constituído o plano municipal do livro, leituras e bibliotecas de Gramado; que há em funcionamento alguns projetos de literatura, mas que de poesia realmente não se tem nada específico; que dia 31/10 foi uma data que ficou esquecida, e que se deve sim pensar em algo para valorizar este dia. Elias comentou que concorda com Nelson que há 20 anos se debate a mesma coisa, e que há muito debate e pouca execução.

A última pergunta questionou sobre apoio para os projetos. Ricardo mencionou que pode-se pedir complemento de receita, exemplificando com um projeto que teria custo de R\$100.000,00 (cem mil reais), onde o edital fornece R\$70.000,00 (setenta mil reais), e o proponente poderia pedir o complemento de R\$30.000,00 (trinta mil reais) de outras fontes, com patrocínio direto, indireto,

recursos próprios, ou outra forma prevista no projeto.

Não havendo mais manifestações, Ricardo mencionou que a reunião foi toda gravada em áudio para se registrar as informações, e que as discussões postas aqui serão organizadas, postas em ata, e que não seria traçado hoje todo o uso do recurso, mas sim, construídas ideias a partir das demandas apresentadas, para que então se convoque uma próxima reunião, com debates setoriais, para fechamento do planejamento.

José Ricardo Veras pediu ainda qual seria o prazo de publicação dos resultados finais dos editais da LPG, ao que Ricardo respondeu que até o fim da presente semana será publicado. Natashe recolhe então os formulários que haviam sido distribuídos, totalizando 21 preenchidos e 6 em branco, e sem mais manifestações, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Elaine Noel, matrícula 15.811, lavro a presente ata.